

ATRASO

Paralisação deixará Aquário ainda mais caro, admite governador

Impasse entre governo do Estado e empreiteiras Egelte e Proteco deixa obra sem data para ser concluída

LUCAS JUNOT

Cada dia mais cara e distante da inauguração. Assim o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, definiu a obra do Aquário do Pantanal, em Campo Grande, depois que a Egelte Engenharia conseguiu na Justiça uma liminar a resguardando de retomar o contrato sublocado à Proteco, investigada na Operação Lama Asfáltica.

Depois de sucessivos tropeços, a obra do Aquário do Pantanal parou de vez nesta segunda-feira. Por recomendação da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra) e da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), o governo do Estado esvaziou o canteiro de obras. As sete empresas que têm contrato vigente na obra foram dispensadas, segundo o governo, porque a continuidade de seus serviços, todos, dependia do seguimento nas edificações civis do empreendimento.

Depois que o governo do Estado acatou recomendação do Ministério Público e afastou a Proteco Engenharia, empreiteira do empresário João Amorim, envolvido na Operação Lama Asfáltica e sublocatária do empreendimento, a Egelte foi notificada a retomar suas atividades, que compreendem a edificação física do Aquário. No entanto, a empresa exigiu



ALVARO REZENDE

ELEFANTE BRANCO. Canteiro de obras do Aquário do Pantanal, em Campo Grande, foi oficialmente esvaziado na segunda-feira

uma auditoria para retornar.

O governador disse ontem que o Estado estava disposto a realizar uma auditoria, conforme solicitado, mas mediante a judicialização, a conclusão definitiva da obra permanece incógnita, dependendo dos ritos, prazos e decisões da Justiça.

“Não houvesse tido a ju-

dicialização da questão, o Aquário seria concluído até junho do ano que vem, pois é uma obra que faz parte do nosso programa Obra Inacabada Zero. Agora não temos outra escolha senão aguardar as decisões judiciais”, declarou Azambuja.

Enquanto a questão tramita no judiciário, a Agesul

ficará responsável pelo canteiro de obras, pela conservação e manutenção durante a paralisação, que tem previsão de 120 dias, para que seja resolvido judicialmente o destino do empreendimento, o que o governador reconhece como um ônus a mais para o Estado.

Em visita ao canteiro de

obras, o **Correio do Estado** flagrou sacos de cimento endurecendo ao sol, vidros quebrados, mato alto, canos expostos, vazamentos de água e quatro funcionários de uma empresa de segurança contratada para resguardar o local.

“Parada, a estrutura se deteriora naturalmente, além

2011

INÍCIO DA OBRA
O Aquário do Pantanal começou a ser construído em 2011 e tinha, inicialmente, previsão de conclusão para o fim de 2013. Depois de vários adiamentos e novas datas marcadas, agora, não há previsão para terminar o empreendimento.

dos esforços que temos de fazer para manter a segurança do local, onde tem equipamentos e materiais caros, já pagos com recurso público, e também a limpeza em geral”, explica o governador.

Também na esfera judicial, o Estado espera reverter a decisão liminar que favoreceu a Egelte, por meio de um agravo e, enfim, continuar a obra.

“Olha o tamanho do equívoco que foi o planejamento dessa obra. O valor inicial previsto era de R\$ 84 milhões. Mais de R\$ 200 milhões em recursos públicos já foram gastos e a obra ainda não está acabada. É uma enorme falta de planejamento”, finalizou Azambuja.

CONFLITO

Azambuja quer retomar fundo para compra de terras

Para pôr fim aos conflitos agrários que se arrastam há anos entre indígenas e produtores rurais, o governador Reinaldo Azambuja retomou uma antiga proposta de seu antecessor, André Puccinelli, de usar parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida com a União para a aquisição de terras indígenas, por meio do Fepati. A sugestão foi encaminhada à

presidente Dilma Rousseff.

Lançado em 2012, por posição do deputado Laerte Tetila, o Fepati pretendia captar recursos financeiros para a compra de terras sul-matogrossenses consideradas indígenas. Pelo fato de até o momento não ter sido realmente instituído o fundo em decorrência da ausência de aportes financeiros.

A lei original autorizava que

o Executivo abrisse crédito especial no orçamento até o limite de R\$ 500 mil para assim injetar a verba no fundo. Em virtude de uma parceria de compromisso entre o governo do Estado e a União na destinação de recursos para a aquisição de terras em torno da área indígena Buriti, localizada em Sidrolândia, visando à solução dos conflitos, Puccinelli sugeriu que o aporte fi-

nanceiro subisse para R\$ 200 milhões, alteração realizada em 2013.

Contudo, conforme o próprio governador admite, “é necessário que se destinem recursos para a efetiva utilização do Fepati, numa verdadeira soma de esforços entre a União Federal e o Estado de Mato Grosso do Sul, para que se revele possível, concretamente, apresentar solução ao imbróglio que assola nosso território”, afirma Reinaldo no documento enviado ao Palácio do Planalto.

O que o governador Reinaldo propõe é destinar, por prazo determinado, o aporte



PAULO RIBAS

SOLUÇÃO PROPOSTA. Fundo visa angariar recursos para comprar fazendas como esta, em Antônio João, invadida por índios

mensal atual do governo de R\$ 80 milhões para o Fepati. Os recursos são referentes

ao que o Estado repassa à União a título de pagamento da dívida estadual. (LJ)

POR AÍ

CONTROLADORIA DA UNIÃO

MS continua quarto pior no ranking da transparência

Mesmo depois de inaugurado o novo Portal da Transparência do governo do Estado, Mato Grosso do Sul continua o quarto pior do Brasil na divulgação de gastos públicos. Os dados são da pesquisa da Controladoria-Geral da União que avalia o cumprimento da Lei de Acesso em mais de 1,6 mil entes federativos.

A menos de um mês do Dia Internacional contra a Corrupção, celebrado em 9 de dezembro, a Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou ontem o resultado

da segunda edição da Escala Brasil Transparente (EBT). O percentual de municípios com notas entre 9 e 10 mais que triplicou em relação à primeira avaliação, divulgada em maio. Contudo, numa escala de zero a dez, o Estado manteve nota 2,50 nas duas avaliações.

Entre os municípios de Mato Grosso do Sul, somente Inocência (nota 10) e Ladário (nota 8,19) conseguiram boas avaliações da Controladoria-Geral da União no quesito transparência.

JUSTIÇA

MPE contesta decisão que favoreceu ex-procurador-geral

O Ministério Público Estadual contestou a decisão do Tribunal de Justiça que extinguiu o processo contra o ex-procurador-geral do MPE Miguel Vieira. Para a corte, antes de mover ação contra o acusado por corrupção e improbidade, o ministério deveria consultar o colégio de procuradores. Já o MPE sustenta que tal consulta não era necessária, pois determinação do Conselho Nacional do Ministério Público dá aval pedido da forma que foi feito.

VITÓRIA GUERREIRA

Polícia Civil indícia três por maus-tratos a cadela na Capital

A Polícia Civil concluiu inquérito e enviou para o Poder Judiciário o indiciamento de Fernanda Ribeiro dos Santos, 37 anos, Alexsander Silva dos Santos, 18 anos e Lailson Eduardo dos Santos, 18 anos, responsáveis pela cadelinha que ficou conhecida como “Vitória Guerreira”, que foi atropelada no dia 30 de maio deste ano e morreu dias depois em uma clínica. Eles foram indiciados pelo crime de maus-tratos a animais.

CALVÍCIE

TRANSPLANTE DE CABELO

MEMBRO

ASSOCIADO

وفاة

وفاة

F.U.E

Follicular Unit Extraction

Clinica

Dr. Pedro Macluf Biberg

CRM 2599/RQE 3800

✓ Realiza a nova técnica F.U.E

✓ Sem cortes, sem pontos

✓ Mais de 15 anos de experiência

✓ Membro da sociedade internacional de cirurgia de restauração capilar

✓ Membro da sociedade ibero latino americana de transplante de cabelo

Fone 67 3384.6283

Rua Marcino dos Santos, 370 - Chácara Cachoeira II

Campo Grande - MS

www.implantecabelo.com.br